



“As instituições  
não podem ser reduzidas  
a gráficos e números”

# RAQUEL RÊGO

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES

Entrevista **Ana Filipa Pinto** / Fotografia **Cláudia Teixeira** / assista ao vídeo em [www.osae.pt](http://www.osae.pt)

Nos dias que correm, a presidência do Tribunal da Relação de Guimarães acontece no feminino. Com um sorriso que transparece o gosto que coloca no que faz, Raquel Rêgo é a primeira mulher a assumir este cargo em Portugal. Não se gaba desse feito. Acredita que tudo resulta do rumo natural das coisas e que muitas mulheres se seguirão.

Defensora do diálogo e da cooperação entre instituições e profissões, Raquel Rêgo recorda que o caminho só começou porque um dia percebeu que era assim que tinha de ser. Não hesitou, nem desistiu. Hoje, próxima da janela que torna o centro histórico da cidade num quadro cheio de vida, a Presidente do Tribunal da Relação de Guimarães não tem certezas quanto ao futuro, apenas desejos. Todavia, são muitas as convicções que marcam o olhar sobre o presente.

#### Como é que chega à magistratura?

Cheguei à magistratura numa tomada de decisão bastante breve. Fiz o meu percurso académico sempre com a ideia de que seria advogada. Comecei a fazer o estágio em advocacia e cheguei à conclusão que não me identificava com aquela função. Colidia, muitas vezes, com a minha forma de ser. Repensei a minha vida e decidi ir para a magistratura. Em boa hora o fiz porque aqui sinto-me muito mais confortável.

#### Qual é o significado do papel que assume atualmente?

É um papel que se traduz muito na obtenção de consensos e no desenvolvimento das atividades da forma mais harmoniosa possível, exponenciando os recursos que temos, quer do ponto de vista humano, quer do ponto de vista logístico, que, muitas vezes, não são os ideais. Essa é a luta que travamos no dia a dia. Todavia, continuo a achar que é muito mais difícil relatar processos, apreciar casos.



**Ainda faz sentido colocar-se uma questão sobre o significado de este cargo ser atualmente assumido por uma mulher?**

Faz sentido na medida em que eu sou a primeira mulher em Portugal a ocupar este cargo. Tirando esse aspeto, penso que se trata do percurso natural das mulheres na vida jurídica.

**E como é que podemos explicar o facto de, só agora, assistirmos ao exercício do cargo por uma mulher?**

Hoje, as mulheres estão em maioria na magistratura. Na primeira instância a maioria é do sexo feminino, embora ao nível da segunda instância e do Supremo seja um pouco diferente. O facto de ter crescido o número de mulheres potencia a probabilidade de ser eleita uma. Foi o que aconteceu comigo.

**Qual considera ser o perfil ideal para se assumir o cargo de juiz?**

Nisso sou muito tradicional. Assumo o lema do filósofo grego, Sócrates, que diz que o juiz deve ouvir com atenção, falar com moderação e julgar com imparcialidade. Para mim, essa é a máxima de um juiz e isso repercute-se também na sua vida privada. Eu entendo que o juiz não deve ter uma vida de eremita, porque não traz nenhuma mais-valia para o cargo, mas acredito que deva ter uma vida recatada. Não acho que resultem ganhos da exposição social de um juiz. Na minha opinião, o cidadão espera do juiz um papel de ponderação e de seriedade.

**Ao longo do tempo, o papel do juiz tem sofrido alterações?**

Considero que tem sofrido alterações na forma como é visto pela sociedade. Trabalho há 31 anos e, se fizer uma retrospectiva para perceber como é que o juiz era visto quando comecei a trabalhar e as mudanças que ocorreram até aos dias de hoje, não é do 8 ao 80, mas sim do 8 ao 8000. É uma diferença enorme. O olhar da sociedade sobre o juiz mudou, mas o trabalho não registou alterações substanciais. Continua a ser um trabalho de estudo, de minúcia, de atenção aos problemas que estão subjacentes a cada caso em concreto. A riqueza desta profissão reside nisso mesmo: os juizes trabalham com situações muito disparens no dia a dia.

**Considera que o olhar do cidadão sobre a Justiça tem mudado?**

A comunicação social diz que sim. Quando chequei aos tribunais, a morosidade da Justiça era muito maior. Hoje, praticamente, não há nada a prescrever e, quando acontece, não traduz mera inércia, nem desinteresse do tribunal, traduz, sim, vicissitudes processuais que a lei prevê e que as pessoas, legitimamente, usam, o que faz com que o processo demore mais. Criou-se a ideia de que a Justiça é muito morosa. A nossa Justiça não é morosa se a compararmos com a de outros países europeus. Além disso, os processos de natureza penal, que socialmente são mais falados, correspondem a um número muito menor que os da jurisdição civil em que a prescrição não ocorre pelo tempo de decisão do processo.

**Ainda existe um desencontro entre o tempo da Justiça e o tempo da comunicação social?**

Sem dúvida. Mas também penso que nunca poderão ser conciliados. Se eu me puser no papel de cidadã e deixar o de juiz, não quero que o meu assunto seja resolvido rapidamente. Claro que quero que seja resolvido em tempo útil, mas quero, essencialmente, que seja visto com seriedade. Os tribunais são os últimos redutos das pessoas e, por esse motivo, quando vão ao tribunal, esperam que alguém os ouça atentamente. Tomar atenção ao assunto, lê-lo serenamente e ponderar sobre ele exige tempo.

**Contudo, considera que a Justiça tem tentado comunicar melhor? Sente que existe essa preocupação?**

Sim, essa é uma preocupação que existe, mas os juizes não são, por força das suas características, as pessoas mais aptas para comunicar. Não fomos preparados, nem estamos preparados para isso. Por exemplo, um solicitador ou um advogado tem mais facilidade em expor as suas ideias e em fazer passar a sua mensagem, pois faz parte da sua função. O juiz tem o papel de ouvir, pensar e escrever.

**Podemos acreditar que, no futuro, os tribunais irão dispor de estruturas destinadas à manutenção de uma melhor comunicação?**

Isso seria o ideal. Hoje em dia, todas as instituições têm gabinetes de imprensa. Contudo, isso exige meios e uma capacidade financeira que ainda não temos. Acresce que tal



não pode equivaler a despojar o inerente nível de tecnicidade, à semelhança do que se passa noutras áreas.

#### **Neste momento, gerir a Justiça é parte da missão?**

Sim e é uma preocupação constante nos tribunais. Eu disse no meu discurso de tomada de posse e repito: as instituições não podem ser reduzidas a gráficos e números, sob pena de o cidadão perder imenso com isso. Quem perde, verdadeiramente, não é o operador judiciário que está aqui todos os dias, é quem procura a Justiça. É necessário ter alguma ponderação nessa ânsia de garantir prontidão, algo que pode resultar em falta de qualidade.

#### **E qual é o papel da tecnologia na Justiça?**

No dia a dia do nosso trabalho, a tecnologia é, hoje, uma peça fundamental, nomeadamente na garantia de celeridade. Seria impensável, neste momento, estarmos a fazer sentenças à mão. Os funcionários comunicam muito através da internet e isso coincide com um ganho enorme. Por exemplo, a videochamada é uma grande conquista. Resolve os problemas da distância, torna tudo mais próximo e célere. Claro que nem tudo é perfeito. A tecnologia ainda não assegura a qualidade suficiente que nos permita ver o tipo de olhar ou os trejeitos das pessoas e a avaliação da prova é a pedra de toque de um juiz. Resumindo, a tecnologia é boa, mas tem de ser apurada.

#### **Já que falamos em proximidade, sente que há mais diálogo interinstitucional?**

Sim, acho que se fez um caminho enorme e muito positivo nessa matéria. Devo dizer que tenho apreciado o percurso da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução. A Ordem está a conferir a notoriedade e a respeitabilidade que os seus profissionais merecem. Para quem está de fora, noto que existe um crescimento muito evidente. Para mim foi um gosto enorme participar no Fórum dos Solicitadores e dos Agentes de Execução que ocorreu em Guimarães e assumo que tenho acompanhado com especial curiosidade o vosso percurso.

#### **Considera então que o papel do solicitador e do agente de execução não está esgotado?**

Não. O papel do agente de execução é importantíssimo. Antigamente, dizia-se, muitas vezes, que estávamos a fazer uma



**DEVO DIZER QUE TENHO APRECIADO O PERCURSO DA ORDEM DOS SOLICITADORES E DOS AGENTES DE EXECUÇÃO. A ORDEM ESTÁ A CONFERIR A NOTORIEDADE E A RESPEITABILIDADE QUE OS SEUS PROFISSIONAIS MERECEM. PARA QUEM ESTÁ DE FORA, NOTO QUE EXISTE UM CRESCIMENTO MUITO EVIDENTE.**

sentença para encabilhar, no sentido em que podia ser muito justa mas não iria ter a utilidade esperada. O agente de execução dá sentido útil às decisões. É ele que as pode tornar exequíveis no sentido prático e lidando com o cidadão. É ele que dá a cara. Já o solicitador, continua a ser o prático da área do direito. Todas as funções judiciais são úteis e todas elas são necessárias.

#### **Por onde acredita que passará o amanhã da Justiça?**

O amanhã da Justiça passará por grandes opções, mais especificamente, opções políticas. Nessa medida, eu não posso dizer como será o amanhã da Justiça. Posso é dizer como gostaria que fosse. Gostava que as pessoas acreditassem mais na Justiça, que fossem dados mais meios à Justiça para que esta conseguisse ser ainda mais eficaz e que a Justiça nunca fosse beliscada no que concerne à independência dos poderes. : :